

# “RESISTIR PARA PODER PERMANECER”: VIVÊNCIAS DE MULHERES NEGRAS NA UNIVERSIDADE

Isabel Aparecida Bilhão<sup>1</sup>  
Daniel Longo Rockenbach<sup>2</sup>

**Resumo:** O artigo apresenta parte de uma investigação sobre experiências de mulheres negras egressas do Centro de Educação e Cultura Pré-vestibular Resgate Popular (Porto Alegre/RS), atualmente estudantes universitárias. Objetiva-se, a partir das noções formuladas por Patrícia Collins, identificar *imagens de controle* em seus ambientes acadêmicos, refletir sobre a contraposição a elas e as possíveis relações entre a passagem pelo Resgate e sua permanência na universidade. A reflexão embasa-se ainda nas definições de Aníbal Quijano, para a colonialidade do poder e de Rita Segato, para as inter-relações entre a colonialidade do poder e questões de gênero. Pretende-se colaborar com o debate sobre o acesso e permanência de mulheres negras na universidade.

**Palavras-chave:** Mulheres negras; Universidade; Imagens de Controle

## “RESIST TO BE ABLE TO REMAIN”: EXPERIENCES OF BLACK WOMEN AT UNIVERSITY

**Abstract:** The article presents part of an investigation into the experiences of black women who graduated from the Centro de Educação e Cultura Pre-university entrance exam Resgate Popular (Porto Alegre/RS), currently university students. The objective is, from the notions formulated by Patrícia Collins, to identify images of control in their academic environments, to reflect on the opposition to them and the possible relationships between going through the Rescue and staying at the university. It is also based on the definitions of Aníbal Quijano, for the coloniality of power, and Rita Segato, for the interrelations between the coloniality of power and gender issues. It is intended to collaborate with the debate on the access and permanence of black women in university.

**Keywords:** Black women; University; Control Images.

## INTRODUÇÃO

Este artigo é parte de uma investigação mais ampla, a qual acompanhou durante dois anos as atividades do Centro de Educação e Cultura Pré-vestibular

---

<sup>1</sup> Universidade do Vale do Rio dos Sinos. (iabilhao@gmail.com)

<sup>2</sup> Instituto Federal do Rio Grande do Sul. (daniel.rockenbach@alvorada.ifrs.edu.br)

Resgate Popular, em Porto Alegre, RS, bem como as experiências de um grupo de egressas/os, atualmente estudantes universitárias/os. O estudo resultou em uma dissertação de mestrado intitulada “Estudar, ocupar e transformar: vivências na Educação Superior de estudantes oriundas(os) do Centro de Educação e Cultura Pré-vestibular Resgate Popular”, defendida no PPGEduc da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, em 2020. Quanto aos cuidados éticos, cabe explicitar que a equipe coordenadora concordou com a divulgação do nome da instituição, a partir de agora nomeada apenas como Resgate. Entretanto, foi mantido o anonimato dos nomes das/os estudantes egressas/os<sup>3</sup>.

Embora atualmente projetos voltados para o acesso à Educação Superior (sejam comerciais ou gratuitos) venham utilizando o termo Cursos Pré-Universitários, ao invés de Pré-Vestibular, uma vez que este acesso não se dá mais somente via Exame Vestibular (ENEM, por exemplo), o Resgate ainda intitula-se como um Curso Pré-Vestibular Popular, oficialmente registrado como Organização não Governamental (ONG), sem fins lucrativos, fundado em 2002. Sua criação decorreu da iniciativa de alunos e ex-alunos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com o objetivo de se inserirem na luta pela inclusão social através da educação. Atualmente, suas atividades acontecem em uma sala de aula cedida pela UFRGS, em um dos *campi* da região central da cidade de Porto Alegre. Assim como em outros projetos similares, observa-se uma narrativa recorrente de professores e coordenadores de reconhecerem-se como parte de um movimento social ligado à democratização da Educação Superior, mais do que somente a um projeto de preparação para o exame vestibular, ou seus correlatos, com custos reduzidos ou gratuitos.

A discussão aqui proposta pretende focar mais especificamente as questões relacionadas ao enfrentamento a imagens de controle vivenciadas por mulheres negras egressas do Resgate ao chegarem à universidade. Essa análise será realizada em diálogo com a discussão proposta pela intelectual negra Patricia Hills Collins. Conforme a autora, as imagens de controle são uma representação de imagens externamente definidas e controladoras da condição feminina que têm sido centrais para a desumanização de mulheres negras e para a exploração do seu trabalho (2019).

---

<sup>3</sup> O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética na Pesquisa (CEP) da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), sob o registro CAAE 17618919.5.0000.5344 – número do parecer: 3.510.528.

As análises apresentadas se amparam na interlocução com três mulheres autodeclaradas negras, egressas do Resgate e atualmente estudantes universitárias. Com base em seus relatos, objetiva-se: identificar algumas das possíveis imagens de controle encontradas em seus ambientes acadêmicos, refletir sobre os enfrentamentos e formas de contraposição às imagens de controle por elas vivenciadas e as possíveis relações entre a passagem pelo Resgate e sua permanência na universidade. Trata-se, portanto, de uma abordagem qualitativa, ou seja, ela busca analisar um contexto micrológico, ajustando o foco para compreender os desafios, avanços e limites, em âmbito específico, dos efeitos de macro políticas ou de fenômenos sociais mais abrangentes (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

As seguintes questões orientam a análise: quais seriam as *imagens de controle* encontradas pelas entrevistadas em seus ambientes acadêmicos? Como a passagem pelo Resgate pode influenciar em possíveis contraposições a elas e contribuir para suas permanências na universidade? Para respondê-las o texto encontra-se organizado em três tópicos. No primeiro, abordamos algumas especificidades do racismo e da constituição do modelo universitário no Brasil, embasando-nos nas noções de colonialidade do poder e de *imagens de controle*. No segundo tópico destacamos as opções que construíram os caminhos de pesquisa e apresentamos as três participantes dessa análise. No último tópico abordamos as narrativas por elas produzidas sobre suas vivências universitárias, buscando identificar formas de contraposição às *imagens de controle* encontradas, bem como observar as possíveis relações entre suas experiências no Resgate e o enfrentamento às adversidades cotidianas que permitiu sua persistência no ambiente acadêmico.

## COLONIALIDADE, RACISMO E IMAGENS DE CONTROLE

Segundo Danilo Streck (2006), estratégias pedagógicas que escapam à matriz de dominação da colonialidade do poder geralmente são clandestinas e, dada a sua invisibilização, dificilmente encontram-se teorizadas. Assim, cabe também à pesquisa em Educação criar espaços para a articulação das vozes que se encontram “nas entranhas de nossa terra e nossa gente” (STRECK; ADAMS, 2014, p. 26) e abordá-las em âmbito acadêmico.

Colonialidade é aqui entendida como qualquer resquício de herança colonial, seja ele de viés político, econômico, controle sobre a natureza, gênero, sexualidade, conhecimento e subjetividade. Amparamo-nos no conceito de *colonialidad del poder* de Aníbal Quijano (2005). Este é concebido como uma matriz de dominação de estrutura bastante complexa com níveis entrelaçados: controle da economia; controle da autoridade; controle da natureza e dos recursos naturais; controle do gênero e da sexualidade; controle da subjetividade e do conhecimento a partir de uma única perspectiva.

Ainda conforme Danilo Streck e Telmo Adams, a colonialidade imersa no colonialismo se diferencia deste último por ser mais profunda, alcançando níveis de intersubjetividades. Trata-se, neste caso, de uma forma atualizada da relação de dependência e subalternidade, indo além do colonialismo, o qual tem claras ligações geográficas e temporais. Para os autores, “a colonialidade atua como uma matriz subjacente ao poder colonial que seguiu existindo após as independências políticas de nossos países” (STRECK; ADAMS, 2014, p. 36), perpetuando-se em variadas formas de dominação.

Nessas variadas formas de dominação, a categoria colonialidade relaciona-se intrinsecamente à categoria raça. Nas palavras de Quijano,

[...] a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus (2005, p. 118).

Rita Segato, discutindo a *colonialidad del poder*, reitera a importância de colocarmos a raça no centro desta perspectiva. Segundo ela, a raça foi a mais importante invenção do processo de colonização, pois é justamente esta que permite que uns corpos agreguem valor às suas produções – objetivas e subjetivas – e outros corpos tenham suas produções desprovidas de valor<sup>4</sup>. Segato é uma das intelectuais que aproximou o debate da colonialidade do poder às questões de gênero, defendendo que, na transição para a colonial-modernidade, a mulher passou a ser o outro do homem, assim como o negro e

---

<sup>4</sup>Exposição realizada em um *podcast* na Facultad Libre. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/7IxV37o1TizYbtiDDVbdfd>

o índio passaram a ser os outros do branco (SEGATO, 2019, p. 29). O trânsito para a colonial-modernidade seria, assim, um processo no qual o espaço das tarefas masculinas passou a ser uma esfera englobante que sequestra tudo o que é dotado de capacidade política (SEGATO, 2019, p. 29)<sup>5</sup>.

Com relação à dominação racial, o pós-abolição no Brasil não ensejou uma ruptura com o sistema de exploração da população negra, uma vez que a Lei Áurea, promulgada em 1888, significou a libertação do povo negro somente de maneira formal, fazendo com que as relações subjetivas e objetivas entre brancos e negros no Brasil continuem bastante assimétricas<sup>6</sup>. No século XIX, teóricos raciais buscavam fortalecer a ideia de discriminação entre raças embasando-se em critérios como fenótipos essenciais (SCHWARCZ, 2012, p. 20). Então, as autoridades políticas e acadêmicas brasileiras passaram a utilizar a teoria racial apoiada em uma ciência positivista e determinista advinda da Europa. Nela, a raça era definida com base em fenótipos, eliminando a possibilidade de se pensar nas características do indivíduo em seu exercício da cidadania e do arbítrio (SCHWARCZ, 2012, p. 37). Além disso, essa visão naturalizava a enorme desigualdade social existente no país, desobrigando essas mesmas autoridades de estabelecerem políticas públicas que alcançassem às populações indígenas e afro-brasileiras.

No entanto, embora a ideia de raça tenha sido fundamental para a subalternização dos povos originários e afro-latino-americanos, a história brasileira não registra movimentos segregacionistas explícitos que pudessem amparar, formalmente, a ideia de que o racismo produzia assimetrias sociais. Esses dispositivos, em geral, auxiliaram a produção de uma imagem do Brasil como um país pluriétnico e mestiço, sugerindo a ausência do racismo em seu território. Entretanto, o racismo permanece atravessando e estruturando a sociedade brasileira de maneira ora velada, ora explícita, reforçando as assimetrias sociais entre índios, negros e brancos. As formas de dominação se mantêm, bem como a naturalização de determinados lugares sociais de acordo com o fenótipo (ALMEIDA, 2018).

O Movimento Negro, desde a década de 1970, vem politizando a ideia de raça, considerando-a como estrutural e estruturante no quadro de desigualdades no Brasil. No que concerne à temática desse artigo, observamos que uma das

---

<sup>5</sup>Para maior aprofundamento na intersecção gênero e raça sob a perspectiva da colonialidade do poder, ver também Segato (2011).

<sup>6</sup>Para aprofundar essa discussão se recomenda, entre outros, a leitura de Almeida (2018).

estratégias desse movimento é o combate ao racismo estrutural, por meio de ações afirmativas voltadas ao ingresso nas universidades e nos concursos públicos<sup>7</sup>.

Em relação ao acesso à Educação Superior as políticas de ações afirmativas alcançaram alguns avanços significativos. No entanto, embora esta conquista seja muito importante na luta pela democratização do acesso, não se pode considerar que ela, por si só, tenha condições de eliminar o racismo estrutural historicamente construído no país e, conseqüentemente, nas universidades. A colonialidade persiste na sociedade atual. Entre outras formas de sua manutenção está a (re)produção e perpetuação, também no ambiente universitário, de *imagens de controle*. Como mencionado, essa é uma categoria discutida por Patrícia Hills Collins (2019). Conforme a autora, estas imagens “fazem parte de relações de poder que alteram a forma pela qual as pessoas tratam as mulheres negras”<sup>8</sup>.

Com base em seus estudos com grupos de mulheres negras estadunidenses, Collins definiu dois exemplos de imagens de controle: a *Mammy* e a *Sapphire*. A *Mammy* representa a serviçal fiel e obediente, constituindo o padrão normativo para avaliar o comportamento das mulheres negras em geral. Trata-se da mulher negra que “ama, alimenta e cuida dos filhos dos brancos, mas que ao mesmo tempo conhece muito bem seu ‘lugar’ de obediência, aceitando sua subordinação” (COLLINS, 2019, p. 140). Assim, a imagem da *Mammy* torna-se fundamental à manutenção de opressões interseccionais de raça, gênero, sexualidade e classe. A *Sapphire*, ao contrário, representa a mulher negra “petulante e loquaz, conhecida por atacar as pessoas verbalmente jorrando sua opinião de forma alta e vivaz”. Essa imagem seria mobilizada para ridicularizar mulheres assertivas, refletindo o esforço de colocá-las “em seus devidos lugares” (COLLINS, 2016, p. 99).

Collins defende que a ruptura com essas imagens de controle passa pela reflexão das mulheres negras, pois muitos de seus contornos podem ainda não estar claros para elas, fazendo-as aceitá-los e reproduzi-los no interior de suas famílias e ao longo de suas vidas. Para a autora, o papel das mulheres negras intelectuais seria o de “produção de fatos e de teorias sobre a experiência de

---

<sup>7</sup> Sobre a relação do movimento negro com a educação, ver Gomes (2011 e 2017).

<sup>8</sup> Discussão apresentada em Vídeo no youtube “Patrícia Hill Collins explica PENSAMENTO FEMINISTA NEGRO | #1 Imagens de controle” - <https://www.youtube.com/watch?v=XVdbyhuAJEs>. Acesso em 04/05/2021.

mulheres negras que apresentem o ponto de vista de mulheres negras para mulheres negras” (2016, p. 99). Considerando essa uma questão de fundamental importância, observamos que tanto a escrita, quanto a análise apresentadas nesse texto foram produzidas por pessoas brancas. Dessa forma, não se pretende de maneira alguma pensar que esse texto alcançará uma completa elucidação do ponto de vista negro em questão. Pretendemos, no entanto, a partir de nosso lugar de fala (RIBEIRO, 2020) apresentar um diálogo *com* mulheres negras.

Além disso, deve-se esclarecer que partimos das noções de *imagens de controle*, tal como pensadas por Collins, mas entendemos que as participantes de nossa pesquisa estão inseridas no contexto brasileiro e microcômico dos espaços que vivenciam. Assim, consideramos que suas resistências não estão necessariamente vinculadas às imagens da *Mammy* e da *Saphire*, mas relacionam-se aos modos como se construíram a sociedade e a universidade no Brasil. Isto significa que, embora fluxos de produção de “*mammyficação*” ou “*saphirização*” possam ocorrer nestes contextos, não buscaremos enquadrar as experiências estudadas nesses exemplos, mas pensá-las em suas relações com variadas *imagens de controle* e em suas rupturas cotidianas a partir das narrativas das entrevistadas sobre suas vivências no contexto universitário.

## CAMINHOS DA PESQUISA E APRESENTAÇÃO DAS ENTREVISTADAS

Como mencionado, a base empírica dessa discussão foi produzida a partir de entrevistas com três egressas do Resgate. Antes de apresentá-las, porém, explicitamos que cada uma escolheu um pseudônimo representativo de alguma personagem feminina que lhe serve de inspiração. A primeira entrevistada optou por ser chamada de Carolina de Jesus<sup>9</sup>. Ela é mulher, mãe, negra e estudante de Direito em uma universidade privada em Porto Alegre. Na época da entrevista, morava na periferia da cidade e estava em licença maternidade tanto da universidade quanto do trabalho em um escritório de advocacia. Carolina de Jesus estudou no Resgate no ano de 2014 e, segundo seu relato, foi ali que se definiu pelo curso de Direito.

---

<sup>9</sup>Nascida no ano de 1914, Carolina Maria de Jesus foi uma das mais importantes escritoras do Brasil. Acredita-se que tenha rompido com paradigmas sócio-culturais de sua época, na medida em que conseguiu, não obstante sua condição de extrema marginalidade, fazer-se 'ouvir' por meio da escrita de seu cotidiano.

A segunda entrevistada optou por ser chamada de Dandara dos Palmares<sup>10</sup>. Ela é mulher, lésbica e negra. Na época da entrevista, morava no interior do Rio Grande do Sul, onde estudava Publicidade e Propaganda em uma universidade federal e estava escrevendo seu Trabalho de Conclusão de Curso a respeito de corpos de mulheres negras em campanhas publicitárias. Estudou no Resgate em 2014 e 2015 e, no ano de 2020, começou um curso de mestrado também em uma universidade federal no interior do RS.

A terceira entrevistada optou por ser chamada de Tereza de Benguela<sup>11</sup>, é mulher, lésbica, negra e periférica, segundo sua apresentação. No momento da entrevista morava, junto a Dandara dos Palmares, no interior do RS, onde estudava Serviço Social na mesma universidade. Estava começando a elaborar seu projeto de Trabalho de Conclusão de Curso, que também envolveria questões sobre mulheres negras, em especial suas narrativas invisibilizadas.

Chegamos às entrevistadas a partir da participação em reuniões e outras atividades realizadas no Resgate ao longo do período de estudo. Em algumas oportunidades a coordenadora mencionou que elas seriam “a cara do Resgate” e que estariam “causando” nas universidades em que estudavam. Inicialmente nos questionamos sobre o que seria “a cara do Resgate” e o porquê delas serem consideradas como tal. Também nos questionamos o que significaria “causar” e quais seriam as vivências dessas universitárias que faziam com elas fossem assim identificadas.

Partindo desses questionamentos, e levando em consideração às intenções manifestas da coordenação do Resgate de que esse seria um movimento social mais amplo – indo além da promoção do ingresso na universidade – optamos por convidá-las a participar da investigação. A intenção motivadora foi a de conhecer um grupo de egressas vistas, desde dentro, como identificadas com as propostas sociais mais amplas do cursinho. Ainda que tenhamos clareza de que elas não podem ser tomadas em momento algum como representativas do conjunto dos/das estudantes.

---

<sup>10</sup>Dandara dos Palmares foi uma das lideranças femininas negras que lutou contra o sistema escravocrata do século XVII. Viveu no Quilombo dos Palmares, estabelecido na Serra da Barriga, em Alagoas, sendo assassinada em 6 de fevereiro de 1694, no momento da destruição de parte desse Quilombo.

<sup>11</sup>Tereza de Benguela nasceu em local ainda desconhecido e liderou entre 1750 e 1770, após a morte de seu companheiro, José Piolho, o *Quilombo do Quariterê*, situado entre o rio Guaporé e a atual cidade de Cuiabá, capital de Mato Grosso. Também ficou conhecida como Rainha Tereza.



Com base nos questionamentos mencionados, as convidamos a participar da pesquisa. As três aceitaram e demonstraram muito interesse em pensar conosco as questões formuladas. Para a produção inicial de informações, propusemos a elas que gravassem um áudio ou escrevessem um texto se apresentando. Naquele momento não estabelecemos roteiro, pois queríamos deixá-las à vontade para produzirem as narrativas de suas vidas a partir de suas escolhas do que nos contar.

Esses textos e áudios permitiram uma aproximação às perspectivas de vida e aos eventos por elas propostos e possibilitaram uma avaliação inicial do significado pessoal e familiar de seus ingressos na universidade. A título de exemplo, mencionamos um trecho da apresentação de Carolina de Jesus. Segundo ela, seus pais a incentivaram sempre a estudar. No entanto, a faculdade não era considerada uma possibilidade, já que parecia existir uma mentalidade de que aquilo não era para “periféricos”. Seguir estudando era sinônimo de aprofundar-se em cursos profissionalizantes (cabeleireiro, manicure, auxiliar administrativo), mas faculdade não,

Faculdade era uma coisa de outro mundo, a gente deixava para os filhos dos patrões, pra burguesia, sabe? Toda a minha educação foi em escola pública, e até meu último ano de escola não havia escutado falar em universidade. Os meus colegas de aula, moradores da periferia, assim como eu, muitas vezes nem terminavam seus estudos, pois era necessário trabalhar para ajudar a sustentar suas famílias (texto de apresentação de Carolina de Jesus).

Após a leitura desses textos e transcrição dos áudios, iniciamos um período de conversas telefônicas e trocas de mensagens, para irmos ampliando nossos diálogos e nos familiarizarmos mutuamente. As entrevistas que embasam as reflexões do próximo tópico foram realizadas já no final do percurso de pesquisa. Elas ocorreram nas residências das entrevistadas. Nos casos de Tereza de Benguela e Dandara dos Palmares, além da visita à sua casa, também foi realizado um percurso pela vizinhança e pela universidade em que estudam.

## INGRESSAR, RESISTIR E PERMANECER: VIVÊNCIAS DE TRÊS MULHERES NEGRAS NA UNIVERSIDADE

No áudio em que fez sua apresentação, Tereza de Benguela, ao se referir ao ambiente universitário, destacou: “a minha presença nesse ambiente é uma resistência. Resistir para poder permanecer”. Essa ênfase nos motivou a refletir sobre o impacto de suas presenças negras e as possíveis relações com as imagens de controle nos cotidianos universitários.

Nesse sentido, consideramos um dos relatos de Carolina de Jesus exemplar quanto à complexidade e a sutileza dessas relações. Ela estava no hall de entrada de um dos banheiros do curso de Direito, na universidade em que estuda, quando uma moça branca, provavelmente aluna do mesmo curso, entrou e constatou que o papel higiênico havia acabado. A estudante branca imediatamente se voltou para Carolina de Jesus e lhe perguntou: “por favor, onde fica o papel higiênico?”. Carolina de Jesus questionou-se em silêncio: “Porque ela está perguntando isso para mim? Não estou vestindo nenhum uniforme e estou com meus livros e materiais de estudos nas mãos”. Como reação Carolina mencionou que: “Olhei pra ela, olhei pros meus livros, e saí. Ela viu que eu tava com livros, nitidamente eu não era a tia que fazia higienização no banheiro” (entrevista com Carolina de Jesus).

Pensamos que essa situação pode corresponder a um exemplo de imagem de controle, pois, ao entrar no banheiro, a universitária branca viu mais do que a falta de papel higiênico, ela viu também a cor da pele e o gênero da outra mulher que já estava naquele ambiente. Essa imagem de controle, “tia da limpeza”, ampara-se na realidade de que o percentual de negros e negras trabalhadoras/es nas universidades é bastante expressivo, especialmente se comparado ao percentual de alunos/as negros/as.

Realidade ainda não modificada estruturalmente, mesmo com o incremento no percentual de ingressantes negros e negras nas universidades públicas, especialmente após a aprovação da Lei 12.711, conhecida como Lei de Cotas, e privadas, por meio do Programa Universidade para Todos (PROUNI). Segundo a pesquisa *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil*, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2018, o número de matrículas de estudantes negros e pardos nas universidades e faculdades públicas no Brasil ultrapassou o de brancos passando a representar 50,3% (IBGE, 2018, p. 9). Essa porcentagem, todavia, não significa que a

população negra tenha acesso, de forma equitativa à população branca, a determinadas universidades e cursos ainda considerados de elite em nosso país<sup>12</sup>, como também não permite a ruptura imediata com as interdições causadas pelo racismo estrutural em âmbito acadêmico. Assim, consideramos que essa situação permite compreender o estabelecimento de naturalizações sobre os lugares e funções dos negros e negras no ambiente acadêmico e elucida a afirmação de Tereza de Benguela de que sua presença como estudante universitária é, por si só, “uma resistência”.

No entanto, a explicação de Carolina de Jesus de que “nitidamente eu não era a tia que fazia higienização no banheiro”, pode apontar ainda para o quão disseminado é o uso de imagens de controle – no caso “tia da limpeza”. Estas se relacionam às formas de constituição da identidade étnica em um país que apresenta um discurso dominante da superioridade etnicorracial branca que afeta toda a população, inclusive a afrodescendente. Logo, nas palavras de Carolina também se pode observar a naturalização de que a prestadora daquele serviço seria negra.

Consideramos que o encontro narrado por Carolina de Jesus foi atravessado por pelo menos dois processos: o primeiro remete ao fato de que a pergunta da estudante branca indica que ela não contou com a possibilidade de Carolina de Jesus ocupar qualquer outro lugar se não o de alguém a seu serviço. Essa seria uma tentativa – mesmo que não intencional – de desumanização, a qual pode ter concebido Carolina de Jesus como uma “mula do mundo”<sup>13</sup>, uma vez que “as mulas são máquinas vivas e podem ser tratadas como parte da paisagem” (COLLINS, 2016, p. 99).

O segundo processo, foi o ato de insurgência silenciosa por parte de Carolina de Jesus. Ao se recusar a responder e sair do banheiro, ela buscou recuperar sua humanidade e romper com uma imagem produzida a partir de uma memória sócio-histórica construída, entre outras questões, pelas dominações de gênero e pelo processo de racialização, ainda muito presentes em um país que teve a maior parte de sua história construída com base em relações escravistas de produção.

---

<sup>12</sup> Sobre essa questão podem ser consultados, entre outros, os estudos de Cordeiro (2008); Nunes (2012); Bittar; Cordeiro e Almeida (2013).

<sup>13</sup> Expressão citada por Collins (2016) a partir da definição de Hurston (2002).

Essa situação vivida no banheiro pode ilustrar ainda o que Carolina de Jesus denominou de “racismo velado”. Isso significa que, por ser estrutural e naturalizado em nossa sociedade, o fenômeno da racialização não necessariamente utiliza palavras ou gestos agressivos para se reproduzir e se perpetuar. A falta de escuta sensível de tais relatos dentro da universidade é também uma maneira da colonialidade sustentar-se diariamente nestes espaços. Assim,

[...] quando tu quer contar o que tá acontecendo, o que tu sente... As pessoas te perguntam: tá, mas o que aconteceu? Me diz uma situação. E tu não tem aquela situação, sei lá, fulano me chamou de tal coisa (entrevista com Carolina de Jesus).

Mais que agressões verbais, Carolina de Jesus mencionou olhares e maneiras de agir já consolidadas. Em suas palavras:

Eu tô há 3 anos lá e tenho 3 amigas. Uma amiga do PROUNI e duas colegas na verdade. Esta é minha rede lá dentro. E tu olha pro lado e tu vê que a turma se reúne pra fazer churrasco, ir pro barzinho. E tu... nem é cogitado, nem te convidam. Nem pensam em tentar te incluir (entrevista com Carolina de Jesus).

Em outro ambiente acadêmico, uma universidade federal no interior do RS, o cotidiano de Tereza de Benguela também é perpassado pela necessidade de resistência constante. Em um trecho de sua apresentação ela mencionou:

[...] infelizmente, o que eu vivencio hoje foi construído perante muitos obstáculos, porque a cada vez que eu estudo, eu consigo perceber mais o quão importante é manter a ordem, o quanto uma mulher negra, lésbica e periférica não tem representatividade na Educação Superior (texto de apresentação de Tereza de Benguela).

Durante a entrevista ela exemplificou:

Em um trabalho em grupo, eu era a única negra. Havia uma menina que digitava aquilo que íamos propondo de ideias para depois construirmos o texto final. Falavam, e ela digitava prontamente, menos quando era eu. Chegava a olhar as unhas e fingir-se distraída frente às minhas sugestões (entrevista com Tereza de Benguela).

Entretanto, as situações de enfrentamento e os tensionamentos também perpassam as relações com o corpo docente das universidades. Nesse sentido, Tereza de Benguela comentou ainda que, em algumas situações, precisou elevar o tom de voz para conseguir espaço de fala, ainda que não necessariamente tenha sido ouvida. Ao longo do curso ela ocupou a única vaga de representante estudantil nas reuniões do colegiado.

Mas, ela comenta que nessas reuniões suas falas em geral eram interrompidas por professores, mesmo após estes já terem tido seus espaços de manifestação. Assim, sempre que ela estava com a palavra, procurava expor ao máximo seus argumentos, uma vez que era muito difícil reconquistar a possibilidade de falar. Seu dedo levantado não bastava para tal, já que:

Pulavam a minha vez, e eu ali com dedo levantado esperando. Mas chegava uma hora que não tinha, atropelavam o tempo inteiro a espera da negra, aí comecei a me atravessar também, a falar firme, levantar a voz sem gritar, e começaram a me dar ouvidos (entrevista com Tereza de Benguela).

Essa estratégia de silenciamento e diminuição é comum diante de mulheres em geral e a prática sexista de interromper a mulher quando está falando já recebeu inclusive uma denominação em língua inglesa: *manterruptin* (SANDBERG e GRANT, 2015). No entanto, sustentamos que no caso relatado por Tereza de Benguela, o silenciamento torna-se ainda mais abrangente por dar-se em uma tripla situação de opressão: a de hierarquia acadêmica, a de gênero e a de raça. Nesse último caso, bell hooks adverte para o fato de que mulheres negras correm o risco de serem interpretadas como radicais, e tachadas de loucas por aqueles que esperam minar seu poder pessoal e suas capacidades de influenciar os outros. Assim, considerá-las “insanas” pode contribuir para seu silenciamento, “evitando que expressem seus Eus mais radicais” (HOOKS, 1992, p. 54).

Retornando ao exemplo do trabalho em grupo no qual não era ouvida, Tereza de Benguela mencionou que

Na terceira vez que não fui escutada, perguntei: algum problema com a minha voz, está muito baixa? Cada vez que eu falo, você não escreve. Ela desviou a conversa e disse simplesmente que não havia escutado, que eu relaxasse que não era nada de mais e que

bastava eu repetir que ela escreveria (entrevista com Tereza de Benguela).

Assim, tornou-se necessário vencer o silenciamento e expor-se frente aos colegas de grupo, reivindicando o direito de intervir na construção daquele conhecimento. Todavia, sabendo que corria o risco de ser taxada de *insana* e de não ser mais aceita/convidada para fazer parte do grupo em uma atividade posterior.

Em outro momento da conversa Tereza de Benguela mencionou: “passei a ser mais escutada quando fui aprovada em todas as cadeiras com notas altas”, e complementou: “é uma pena elas passarem a me escutar por isso, afinal eu só cumpri o requisito na disciplina, meu trabalho”. Dandara dos Palmares, que estava presente e vinha acompanhando a entrevista, afirmou que também passou por situações semelhantes. Segundo ela,

[...] em um determinado momento do curso que mostrei minhas aprovações para algumas pessoas, deixei de ser burra e passei a ser inteligente. Mas nem tô, o pessoal atua nessa lógica binária que só nos faz mal. Por que me julgar entre burra e inteligente? Qual a necessidade de me classificar? (entrevista com Dandara dos Palmares).

Esses relatos de Tereza de Benguela e Dandara dos Palmares permitem pensar nas classificações presentes no ambiente universitário que, apesar de estarem ligadas às demandas acadêmicas, extrapolam seus limites e estabelecem referências pautadas nos valores mais amplos da branquitude. Estes, uma vez alcançados, definem indicadores de normalidade fazendo com que elas sejam parcialmente aceitas no mundo dominante. Nesse caso, outro elemento a ser pensado é a importância de processos de autodefinição para as mulheres negras.

Patricia Collins defende que

[...] definir e valorizar a consciência do próprio ponto de vista autodefinido frente a imagens que promovem uma autodefinição sob a forma de ‘outro’ objetificado é uma forma importante de se resistir à desumanização essencial aos sistemas de dominação (COLLINS, 2016, p. 105).

Ainda segundo a autora,

[...] quando mulheres negras optam por valorizar os aspectos da condição feminina afro-americana que são estereotipados, ridicularizados e criticados também na academia, elas estão na verdade questionando algumas das concepções básicas que são usadas para controlar grupos dominados em geral (COLLINS, 2016, p. 104).

Como mencionado, um dos objetivos desse artigo é analisar as possíveis relações entre a passagem dessas universitárias pelo Resgate e a construção de autoimagens que lhes permitiram contrapor-se às imagens de controle presentes no ambiente acadêmico. Quando questionadas nesse sentido, todas ressaltaram a importância das vivências no Resgate, para a construção de suas autoimagens como universitárias e suas permanências na universidade. Dandara dos Palmares, por exemplo, mencionou que

no resgate se falava muito de espaços de disputa de poder, teus direitos dentro da universidade. O cursinho sempre incentivou que colocassem seus próprios modos de ser/existir/ouvir/viver lá dentro. Nunca como uma cartilha, sabe? Do que falar, de como se portar, como pensar, não. Nunca me disseram como agir, mas a partir dessas discussões eu ia me fortalecendo, criando meus argumentos a partir das minhas vivências (entrevista com Dandara dos Palmares).

Tereza de Benguela argumentou na mesma linha, dizendo que, “eles acabavam ajudando a enfrentar as dificuldades do teu jeito, sabe? Debates entre os colegas e também nas aulas. Eram muito importantes esses momentos de debates.” Outro exemplo significativo para ela eram as aulas de teatro: “falar em público? Isso é coisa do Resgate. Bah! As aulas de teatro, nossa! Exercitar tua fala, tua voz, tu levantar e falar, tua postura, tu te sentir bem num espaço ostensivo. Nisso tudo o Resgate me deu força” (entrevista com Tereza de Benguela).

Carolina de Jesus mencionou em sua carta de apresentação que quando soube de sua aprovação pensou: “eu consegui, a preta periférica tá dentro” e, na sequência, mencionou: “Hoje eu curso Direito, e o ato de resistência que iniciou dentro do Resgate continua diariamente aqui na universidade” (entrevista com Carolina de Jesus).

Uma das formas de construir essa resistência é o estabelecimento de identificação com um coletivo. Segundo Carolina de Jesus, o Resgate

É mais que um cursinho, né? Quando tu chega lá, tu tá totalmente perdida. Sem perspectiva nenhuma de futuro, mas tu sabe que tu quer mudar tua realidade. E aí quando tu chega lá, tu te depara com muita gente que trabalha o dia inteiro, que chega lá cansada, às vezes tu quer dormir e o pessoal te liga, te chama, vamo pra aula ... sabe, então um puxa o outro e todo mundo em prol do mesmo objetivo. Não tem uma competição. Existe uma união muito forte. E aí a luta é esta, a luta pra ingressar na universidade, que é todo mundo junto (entrevista com Carolina de Jesus).

De forma semelhante, Dandara dos Palmares afirmou: “o Resgate acaba construindo isso. Quando tu chega, tu chega pensando em ti, né? Eu preciso entrar e vou estudar. E aí daqui a pouco tu começa a criar companheiros”. Entretanto, mesmo que essa experiência seja fundamental para a construção de suas autoimagens e de pertencimento a um coletivo, ela não consegue abarcar a grande gama de desafios que se colocarão na passagem do ambiente do Resgate para o da universidade. Nesse sentido, Tereza de Benguela pensa no Resgate como “um lugar que a gente não vai achar dentro da universidade pública depois. Ali a gente tinha uma união com os colegas e depois, na universidade, é cada um por si”.

Carolina de Jesus também observa as diferenças de suas vivências no Resgate e posteriormente na universidade. Em suas palavras,

O Resgate te protege, lá nós somos protegidos. Por mais que os professores expliquem que a universidade não é fácil, por mais que eu saiba que há racismo e machismo. Lá dentro é como se a gente tivesse numa redoma, e aí tu sai dela. E te depara sozinha num ambiente extremamente elitista e num lugar em que não te querem. Porque no Resgate as pessoas te querem, te querem muito bem. Mas aí tu chega na universidade e as pessoas não te querem lá. E aí tu não tem teus companheiros de luta contigo. Aí sim que começa a luta. Sempre digo que mais difícil do que entrar na faculdade, do que o vestibular, é tu permanecer lá dentro. (entrevista com Carolina de Jesus).



Ou seja, pode-se postular que estudar no Resgate possibilitou às entrevistadas tanto a retomada ou ampliação de conhecimentos acadêmicos necessários ao ingresso nas universidades, quanto ajudou na construção de suas noções de pertencimento e na elevação da autoestima. Isso colaborou na construção de autoimagens capazes de auxiliar no enfrentamento às grandes limitações impostas pelas *imagens de controle* socialmente construídas. Mas, é inegável também que parte do grupo que frequentou o Resgate juntamente com elas não conseguiu ingressar e outra parte se dispersou pelos cursos e universidades nas quais ingressaram. Assim, ao iniciarem suas graduações, elas voltaram a se sentir sozinhas ou como parte de uma minoria. Dessa forma, o senso de coletividade, tão importante na decisão de fazer a seleção e de ingressar na Educação Superior, muitas vezes não encontrará respaldo em um ambiente acadêmico que se encontra ainda perpassado por concepções elitistas, racistas e sexistas, naturalizadas em suas práticas e concepções. Mas, talvez justamente por isso, também seja possível perceber a permanência de alguns vínculos entre os egressos e a equipe de professores e coordenação do Resgate. Como exemplo, pode-se mencionar o acompanhamento durante o processo de matrícula nas universidades, às vezes desconhecido e pouco acessível aos ingressantes, ou ainda a disponibilização de assessoria jurídica aos ex-alunos, quando esses enfrentam necessidade de interpelar legalmente os espaços acadêmicos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade brasileira chegou ao século XXI reproduzindo diversas assimetrias embasadas na colonialidade do poder. Entre elas, a de Acesso e permanência na Educação Superior. No artigo, apresentamos parte de uma investigação mais ampla, a qual acompanhou as atividades do Centro de Educação e Cultura Pré-vestibular Resgate Popular e as experiências de um grupo de egressas/os, atualmente estudantes universitárias/os. O recorte apresentado enfocou mais especificamente o enfrentamento às *imagens de controle* vivenciadas por três mulheres negras ao chegarem à universidade.

A análise foi realizada em diálogo com a discussão proposta pela intelectual negra Patricia Hill Collins, especialmente sua reflexão de que essas imagens são mais sofisticadas e efetivas do que os estereótipos, pois elas fazem parte de relações de poder que definem como as pessoas tratam as mulheres

negras e, por vezes, como as mulheres negras veem a si mesmas e às outras, naturalizando-as e reproduzindo-as em suas relações sociais. No entanto, não nos ativemos aos modelos definidos por Collins em seus estudos com mulheres negras estadunidenses, pois entendemos que as participantes de nossa pesquisa vivenciam outras realidades macro e micrológicas relacionadas tanto à constituição sócio-histórica do país quanto de suas experiências cotidianas.

Nesse sentido, abordamos algumas especificidades do racismo e da constituição do modelo universitário brasileiro e, com base nos relatos das participantes da pesquisa, definimos duas possíveis imagens de controle observadas no ambiente universitário, entre tantas que permeiam o universo mais amplo de suas vivências. A de “tia da limpeza”, que naturaliza a presença de mulheres negras nos ambientes universitários somente como pessoas em serviço, e de “insanas” e “radicais” atribuída a mulheres que se fazem ouvir, confrontando e superando os silenciamentos que lhes são impostos.

A análise das falas das entrevistadas reforça a ideia de que as desigualdades sociais, amparadas nas *imagens de controle*, não são produzidas somente a partir das contradições classistas – ricos e pobres – mas pela inter-relação de diversos binarismos que reforçam o mundo de um e seus Outros – como homem e seus Outros, branco e seus Outros, heterossexuais e seus Outros, produtores de saberes legítimos e seus Outros, dentre outros e seus Outros.

Nesse sentido, o diálogo como meio, e não como fim, tem potencial para, a partir da perspectiva de oposição à colonialidade do poder, combater esta matriz de opressão e abrir espaços para que outras formas de ser e estar possam também produzir/disseminar/legitimar seus pontos de vista sobre a realidade e alargar os saberes acadêmicos. Um exemplo, nesse sentido, são os trabalhos de conclusão de curso de duas das entrevistadas, propondo temáticas e problemas de pesquisa ligados às vivências de mulheres negras que talvez só sejam investigados por suas presenças naquela universidade.

Pensando a partir deste recorte da pesquisa – a discussão da opressão e insurgência das mulheres negras frente a imagens de controle –, percebemos que movimentos sociais ligados à educação popular, no presente caso o exemplo do Resgate, participam e produzem processos de organização e insurgência contra uma matriz de opressão que, constantemente, tende a produzir homogeneizações de maneiras de ser e estar na sociedade. Ainda que

com determinadas limitações, os compromissos com as concepções de educação popular que o Resgate assume mostraram-se capazes de produzir subjetividades, junto às lutas das egressas entrevistadas, para além da preparação acadêmica para as provas de acesso à Educação Superior. Identificamos, a partir das entrevistas, diversas situações de enfrentamentos produzidas por elas na universidade que foram motivadas também em função de terem estudado no Resgate.

Suas passagens pelo Resgate, bem como o acompanhamento que realizamos junto ao curso, indicam que o projeto parece ser um lugar em que é possível produzir trocas menos assimétricas em diversas instâncias e momentos, desafiando concepções que produzem dominações na sociedade brasileira. Dentre estas diversas instâncias, destacamos as aproximações com professores e professoras e a condição de reconhecer-se entre colegas, no sentido de um ambiente em que se legitimam modos outros de ser e estar. Além de reconhecerem-se entre seus pares, a produção de eixos interseccionais entre e por diferentes realidades - tendo como ponto de encontro o Resgate - mostrou-se como uma grande potência na luta pela democratização não só do acesso, mas também da permanência na Educação Superior.

Ressaltamos que construções emancipatórias para desestabilizar posições hierárquicas ou naturalizadas - (re)produtoras de determinados poderes e saberes - passam tanto por movimentos/tensionamentos daqueles que os propõem, quanto por reflexões daqueles que já ocupam estas posições. Ao mencionar estas posturas naturalizadas, nos referimos tanto àquelas do ambiente universitário quanto as da sociedade de um modo geral. Saberes, modos e poderes que produzem diariamente tentativas não só de desumanização de determinadas pessoas, mas de estratificação e congelamento de determinados lugares e deveres.

Carolina de Jesus, por exemplo, sinalizou que cogitar estudar para o vestibular também é uma forma de desestabilizar determinadas concepções que seus familiares e vizinhos de bairro têm a respeito das possibilidades de ingressar em uma universidade. E, para tal, o Resgate mostrou-se bastante importante, já que tinha a capacidade de sustentar, junto com ela, suas próprias lutas.

Essas resistências de egressas e egressos do Resgate, sobretudo das mulheres negras, desafiam números, desafiam posições sociais e fazem história.

Ao ingressar e permanecer em espaços dominados por um modo ainda predominante de ser/existir/ouvir/viver – que além de exclusão produz muitas subjetividades invisibilizadas – elas ajudam a construir novas imagens, novos conhecimentos e novas formas de ser universidade no Brasil.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BITTAR, M.; CORDEIRO, M. J. DE J. A.; ALMEIDA, C. E. M. DE. Política de Cotas para Negros na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – um estudo sobre os fatores da permanência. **Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB**, n. 24, 10 jun. 2013. Disponível em: <https://serieucdb.emnuvens.com.br/serie-estudos/article/view/248>

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari Knoop. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Editora Porto, 1994.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Soc. estado**. [online]. 2016, vol.31, n.1, pp.99-127. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/MZ8tzzsGrvmFTKFqr6GLVMn/?format=pdf&lang=pt>

CORDEIRO, Maria José de Jesus Alves. Negros e indígenas cotistas da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul: desempenho acadêmico do ingresso à conclusão de curso. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/10055>

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 10, n. 18, p. 133-154, abr. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2011v10n18p133>

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**. Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

HOOKS, Bell. **From margin to center**. Boston: South End Press, 1992.

HURSTON, Zora Neale. **Seus olhos viam Deus**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil*, 2018. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf)

NUNES, Antonio de Assis Cruz. O sistema de cotas para negros na Universidade Federal do Maranhão: uma política de ação afirmativa para a população afro-maranhense. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/104812>.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. 117-142. Disponível em: <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/1661>

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.



SANDBERG, Sheryl; GRANT, Adam. Speaking While Female. **The New York Times**. 2015, no jornal. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2015/01/11/opinion/sunday/speaking-while-female.html>

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário**. Cor e raça na sociedade brasileira. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SEGATO, Rita. O tempo na obra de Aníbal Quijano. **Revista Cult**. São Paulo, n. 248, p. 26-29, ago/2019. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/o-tempo-na-obra-de-anibal-quijsano/>

STRECK, Danilo. O ethos de uma educação humanizadora. **Espaço Pedagógico**, v. 13, n. 1, p. 95-106, jan./jun. 2006. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/7968>

STRECK, Danilo; ADAMS, Telmo. **Pesquisa participativa, emancipação e (des)colonialidade**. Curitiba: Editora CRV, 2014.

*Recebido em 19 de novembro de 2021.*

*Aprovado em 17 de fevereiro de 2022.*